



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

LEI Nº 1.151, de 29 de agosto de 2003.

Altera a Lei nº 1.036/97 de 27 de junho de 1997 que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério e adota outras providências correlatas.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS, faz saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei reestrutura o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

Art. 2º - O conselho terá na sua composição 05 (cinco) membros titulares e 05(cinco) suplentes, cada qual com a seguinte representação:

I - Um titular e um suplente representante da Secretaria Municipal de Educação;

II - Um titular e um suplente representante de pais de alunos das escolas públicas;

III - Um titular e um suplente representante da Câmara de Vereadores;

IV - Um titular e um suplente representante do Sindicato dos Trabalhadores de Educação de Alagoas - SINTEAL, (núcleo regional);

V - Um titular e um suplente representante dos diretores das escolas públicas do município.

Parágrafo Único. Passará a integrar o Conselho um membro titular e um suplente representante do conselho Municipal de Educação, quando o mesmo for instituído, passando assim o Conselho de Acompanhamento e Controle a ter uma composição de 06 (seis) membros, obedecendo-o que estabelece o parágrafo 3º do art. 4º da Lei nº9.424/96.

Art. 3º - O Conselho, ora criado, não terá estrutura administrativa própria, cabendo ao Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Educação, fornecer meios para o seu funcionamento, sendo vedado a seus membros receber salários a qualquer título pela participação no colegiado, seja reunião ordinária.

Art.4º - O s integrantes do Conselho referido nos incisos I, II e IV serão indicados pelos respectivos segmentos.

Art. 5º - Os integrantes do Conselho referido nos incisos II e V art.2º serão escolhidos por seus pares por meio de voto direto e universal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

Parágrafo Único- A Secretaria Municipal de Educação dará ampla e previa publicidade das condições, local e data dos pleitos referidos no “caput” de modo a garantir a representatividades dos eleitos.

Art. 6º - O mandato dos Conselheiros será de 02(dois) anos, sendo permitida a recondução por mais um mandato subsequente.

Art.7º - Em caso de Vacância, a substituição será feita pelo suplente do respectivo segmento, persistindo a vacância aplica-se o mesmo processo previsto nos artigos 4º e 5º.

Art. 8º - Compete ao Conselho:

I - Acompanhar e controlar a repartição, a transferência e aplicação dos recursos do fundo;

II - Supervisionar a realização do Censo Educacional anual;

III - Examinar os registros contábeis e demonstrativos gerenciais, mensais e atualizados, relativos aos recursos repassados ou retidos à conta do fundo;

IV - Elaborar um regimento interno, regulando o seu funcionamento.

Art. 9º - Fica sob a responsabilidade do Poder Executivo, fornecer permanentemente ao Conselho os registros contábeis e os administrativos gerenciais, mensais e atualizados, relativos aos recursos repassados ou recebidos, à conta do Fundo, conforme os parágrafos 4º e 5º.do art. 4º da Lei 9.424/96.

Art. 10º - Para cumprimento de suas funções, o Conselho terá reuniões ordinárias de suas funções, o Conselho terá reuniões ordinárias mensalmente, podendo ter reuniões extraordinárias, através de comunicação escrita por qualquer de seus membros ou pelo Prefeito.

Art. 11º - O Conselho terá autonomia para o cumprimento de suas funções.

Art. 12º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14 - Revogam-se as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de São Miguel dos Campos, 29 de agosto de 2003.


NIVALDO JATOBÁ
PREFEITO